



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO

(Do Sr. João Campos)

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI sobre telefonia móvel nos presídios brasileiros.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI para discutir a questão da telefonia móvel nos presídios brasileiros, com a participação dos seguintes convidados:

- MAURÍCIO KUEHNE, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;

- PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações;

- ERCIO ALBERTO ZILLI, Presidente-Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares;

- ANTONIO FERREIRA PINTO, Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, e

- ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

Sala da Comissão, de março de 2007.

Deputado JOÃO CAMPOS

PSDB/GO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

JUSTIFICATIVA

A discussão em torno do uso de celulares nos presídios brasileiros tem sido objeto de muita polêmica e no ano passado, especialmente, devido à série de atentados e assassinatos ocorridos principalmente no Estado de São Paulo, quando se divulgou que as ordens para os ataques teria partido de dentro dos presídios.

Não é de hoje, portanto, que o assunto vem requerendo a adoção de medidas eficazes para coibir o uso da telefonia móvel como arma de logística do crime organizado.

O Congresso Nacional está sensível ao problema, tanto que a Câmara aprovou com alterações o Projeto de Lei nº 7.225/06, do Senado, que “Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para prever como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso.

Sabemos que a medida é necessária, mas insuficiente, e é preciso considerar que o Estado deve também lançar mão do avanço da tecnologia de comunicação, que é tão dinâmica, para enfrentar o problema.

Nesse contexto, portanto, considero imprescindível realizar essa audiência em conjunto com a CCTCI, para buscar alternativas que venham ao encontro desse objetivo, razão por que peço o apoio dos nobres pares.

Deputado JOÃO CAMPOS
PSDB/GO